

Os equívocos da cultura da indexação

No novo cenário, perdem importância as discussões sobre limites a aumentos de salários e preços

por Maria Aparecida Damasco
de São Paulo

Uma semana depois da divulgação do texto da medida provisória que instala no País o regime da desindexação, tornam-se visíveis os cacoetes de quem se acostumou às amarras da indexação. A cada dia, surgem novas dúvidas em torno de questões que não se justificariam num quadro de livre negociação de salários, preços e contratos.

Empresários, trabalhadores e o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, envolveram-se nos últimos dias em uma discussão aparentemente estéril sobre a obrigatoriedade ou não de se descontar, na data-base, qualquer aumento salarial negociado e oficializado antecipadamente. O presidente Fernando Henrique Cardoso completou o ciclo de equívocos, ao afirmar,

em Caracas, que os aumentos de salários não poderão ser repassados para os preços.

Até prova em contrário, parece claro que as empresas não estão proibidas de dar aumentos a seus funcionários. E, obviamente, esse não é o espírito da nova medida provisória. Também parece claro que as empresas não estão proibidas de aumentar seus preços. A MP da desindexação não faz referência a preços e a legislação em vigor só determina punição a abusos cometidos por monopólios e oligopólios.

No caso dos salários, há até algumas atenuantes para as discussões atuais – que estão provocando inclusive a paralisação das negociações em vários setores e empresas. A livre negociação total só virá em 1996. Até lá, as empresas

serão obrigadas a conceder a seus empregados o resíduo do IPC-r de dezembro de 1994 a junho de 1995 – 10,84%.

Neste período de transição, portanto, deverão vigorar regras claras para o desconto de antecipações salariais. Além disso, na polêmica em torno da compensação ou não dos aumentos de mérito, no dissídio coletivo, tudo indica que houve mesmo um erro de redação na MP. Erro que será corrigido ou por emendas providenciadas no Congresso ou, se for necessário, na reedição da medida.

A discussão sobre o desconto de antecipações salariais, na data-base da categoria, pode, contudo, ser esvaziada pelo próprio mercado. O economista José Augusto Arantes Savasini, da Rosenberg Consulto-

res Associados, por exemplo, acredita que, na livre negociação, os empresários pensarão duas vezes antes de dar aumentos antecipados. “Eles terão mais dificuldades para prever quanto irá aumentar sua folha de pagamento na data-base.”

As exigências de comprovação de índices de produtividade, para amparar aumentos de salários, também têm endereço certo. Mais do que impor obstáculos às iniciativas das empresas, o que o governo pretende é inibir a ação da Justiça do Trabalho – que, nos últimos tempos, vinha concedendo índices comuns de produtividade, independentemente da situação de cada setor e de cada empresa. Na prática, isso acabava funcionando como mais um parâmetro de indexação para os salários.

No caso do veto dos repasse dos aumentos salariais aos preços, a declaração enfática de Fernando Henrique pode ter sido apenas uma forma de subir o tom do discurso como resposta às ácidas críticas das oposições à MP. Mas lembra os primeiros tempos do Plano Real, quando o governo chegou a ameaçar com a edição de uma MP, para barrar uma eventual corrida preços-salários. Os argumentos, de toda forma, não procedem.

Em economias abertas, empresas que exageram nos aumentos de preços tendem a ser punidas com perda de participação no mercado. Os concorrentes, no mercado interno, e também no exterior, costumam funcionar como instrumentos eficientes de controle de preços – especialmente em momentos de desaquecimento da

atividade econômica, como o atual.

É claro que uma “vigilância” adicional sempre ajuda. E é nisso que se tem empenhado o secretário de Acompanhamento Econômico, José Milton Dallari, desde o início do Plano Real. Mas controle formal de preços, esse já foi extinto há um bom tempo – e sua volta não está na cabeça de nenhum dos integrantes da equipe econômica.

O economista-chefe do Citibank, Amaury Bier, atribui esses equívocos à persistência da cultura da indexação, que se manifesta até mesmo na linguagem dos participantes da cena econômica. Portanto, tenderiam a ser eliminados, com a consolidação da cultura da desindexação. O que, evidentemente, não vai ocorrer da noite para o dia.